



**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/06/2006**

1 **CONSELHEIROS PRESENTES**

2 Sérgio Silva – representante titular da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
3 - Presidente do CERH.

4 José Maurício Manzochi – representante suplente das Centrais Elétricas de Santa Catarina

5 Lauro Zanatta – representante suplente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas.

6 Ciro Loureiro da Rocha – representante suplente da Associação Brasileira de Recursos
7 Hídricos.

8 Alberto Odon May – representante titular da Associação Catarinense de Engenheiros.

9 Reinaldo Di Bernardi – representante titular da Secretaria de Estado da Fazenda.

10 Paulo José Aragão – representante titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária.

11 Edson Cascaes Lisboa – representante suplente da Associação Brasileira de Irrigação e
12 Drenagem.

13 Beate Frank – representante titular da Associação Catarinense das Fundações Educacionais.

14 Roberto Kurtz Pereira – representante titular da Federação Catarinense dos Municípios.

15 Luiz Carlos Marinho Cavalheiro – representante titular da Secretaria de Estado da Infra-
16 Estrutura.

17 **REPRESENTANTES DA SDS**

18 Teresinha Cechet Hartmann –Diretora de Recursos Hídricos.

19 Rui Batista Antunes – Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos.

20 Marta Kracik –Técnica da Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos.

21 Edson Teixeira da Silva – Gerente de Outorga e Controle de Recursos Hídricos.

22 Guilherme Xavier de Miranda Jr. –Técnico da Gerência de Outorga e Controle de Recursos
23 Hídricos.

24 **REPRESENTANTES DE COMITÊS DE BACIAS**

25 Alfredo Lang Scultetus– Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio
26 Canoinhas

27 Alessandro Barbosa – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do
28 Norte

29 Adriano Stimamiglio - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do
30 Norte

31 Dário Moraes de Almeida - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio
32 Cubatão do Norte

33 Adilson Pereira - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão

34 Edson Adilson Ferreira – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu

35 Patrice Barzan – Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio
36 Araranguá

37 Silvio Luiz Rafaeli Neto – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas

38 Joni Stolberg – Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio
39 Jacutinga.

40 Antonio Marinaldo Reinelli – Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia
41 Hidrográfica do Rio Timbó

42 **CONVIDADOS**

43 Alcioni Savarioni – UFSC

44 Ana Paula Marcante Soares – UFSC/CPGD



**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/06/2006**

- 45 José Belmontt Verzola – CELESC
46 Ives Luiz Lopes – FETAESC
47 Renato Bez Fontana – EPAGRI/SDR
48 José Lourival Magri - FIESC
49 Guilherme Dallacosta – Consultor Projeto PRAPEM/Microbacias 2
50 Flávia do Nascimento Madruga – Consultora FNMA
51 Gilberto Valente Canali – Consultor Individual
52 Assuntos Discutidos:
53 1. Aprovação da Ata da última reunião do CERH;
54 2. Posse do novo Presidente do CERH e de novos Conselheiros;
55 3. Criação da Comissão Técnica de Outorga;
56 4. Aprovação encaminhamentos propostos pelo Comitê Canoas sobre a Federalização do
57 Rio Canoas e Aprovação Proposta de Resolução 001/2006 sobre a Federalização;
58 5. Aprovação dos Regimentos Internos dos Comitês de Gerenciamento das Bacias
59 Hidrográficas dos Rios Tubarão, Canoinhas e Itapocu;
60 6. Ratificação pelo CERH do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica
61 do Rio Tubarão e Complexo Lagunar, aprovado pelo Comitê Tubarão e Complexo Lagunar;
62 7. Apresentação da proposta de alteração do Regimento Interno do CERH para discussão;
63 8. Análise e aprovação da proposta de ampliação da área de abrangência do Comitê de
64 Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão Norte.
65 9. Informações Gerais sobre:
66 Plano Estadual de Recursos Hídricos;
67 Legislação de Recursos Hídricos;
68 Projeto Microbacias:
69 Estudos dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos;
70 Planos de Bacias dos Rios Chapecó, Timbó e Jacutinga.
71 Início: 14h00min Término: 18h15min
72 Às quatorze horas do dia vinte e nove de junho de dois mil e seis, no auditório do CIRAM-
73 EPAGRI, na Rodovia Admar Gonzaga, Itacorubi, Fpolis, reuniram-se os acima nominados,
74 para discutir sobre os seguintes assuntos, conforme a ordem do dia: 1. Posse do novo
75 Presidente; 2. Aprovação da Ata da última Reunião do CERH; Votação e aprovação das
76 Resoluções 001/2006 e 002/2006 do CERH; Aprovação dos Regimentos Internos dos
77 Comitês das Bacias Hidrográficas do Canoinhas, Itapocu e Tubarão; Apresentação da
78 minuta de Alteração do Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
79 Informações gerais sobre o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos –
80 SIRHESC / Cadastro de Usuários / Plano Estadual de Recursos Hídricos; Aberta a Reunião
81 às 14:00, esta restou prejudicada em virtude da falta de *quorum*. Informalmente o
82 Presidente adiou em 30 min o início da reunião para que se aguardasse a chegada de alguns
83 conselheiros, evitando-se assim a inviabilidade da reunião. Decidiu-se, portanto, aguardar
84 até as 15:00 para o início. A seguir, o Presidente apresentou a Sra. Rosângela da Silva como
85 colaboradora dos trabalhos da reunião e também a Secretária Executiva do CONSEMA,
86 Sra. Patrícia Monguillot. Em seguida o Presidente fez a nominata de todos os presentes à
87 reunião, agradecendo a presença dos mesmos. Houve a apresentação individual de todas as
88 pessoas presentes à reunião. Após, o Presidente do CERH fez a apresentação da Secretaria



**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/06/2006**

89 de Desenvolvimento Sustentável, com o tema intitulado de: “Gestão, Planos, Programas e
90 Projetos”. Na seqüência, com a presença de *quorum* qualificado o Presidente dá início à
91 reunião submetendo aos Conselheiros a aprovação da Ata da última reunião do CERH, a
92 qual foi aprovada por unanimidade sem qualquer modificação. Em seguida, a Sra.
93 Rosângela da Silva faz a leitura dos Atos de nomeação do novo Presidente e dos novos
94 Conselheiros, nominando a todos e o Presidente os declara empossados. Seguindo a pauta, é
95 submetida a análise dos Conselheiros a proposta de Resolução 001/2006, a qual se
96 posiciona contrária à Federalização do Rio Canoas. O Sr. Alberto Odon May faz uma breve
97 explanação do tema apresentando os aspectos técnicos que qualificam o Rio Canoas como
98 sendo um rio de domínio da União. Por fim, o Sr. Alberto Odon May defende que deve-se
99 lutar pela continuidade da estadualização do Rio Canoas. Depois, o Presidente dá a palavra
100 ao Sr. Gilberto Canali para que o mesmo apresente a sua tese sobre o tema da
101 Federalização. O Sr. Canali inicia a fala apresentando o aspecto de dominialidade dos
102 recursos hídricos previsto na Constituição Federal de 1988, tecendo alguns comentários
103 técnicos sobre a interpretação da Resolução 399/2004 - ANA. O Sr. Canali opina ser
104 incongruente adotar qualquer medida de cunho jurídico para declarar a
105 inconstitucionalidade da referida Resolução da ANA, sendo que o escopo principal da
106 dominialidade ainda continuaria vigente. Para o Sr. Canali a providência que o Estado de
107 Santa Catarina deveria adotar reside no fato de articular com a União o gerenciamento em
108 conjunto da Bacia do Rio Canoas atendendo-se ao princípio da cooperação entre a União e
109 Estados. Em seguida o Presidente do Comitê do Rio Canoas pede a palavra e passa a tecer
110 alguns comentários sobre o tema da Federalização do Canoas e as suas conseqüências
111 práticas com a transferência de dominialidade do Rio Canoas para a União. A Sra. Beate
112 Frank intervém fazendo algumas colocações sobre as palavras do Presidente do Comitê
113 Canoas. A Sra. Beate sugere que o primeiro passo a ser dado pelo Comitê Canoas seja a
114 articulação com os órgãos da União para o gerenciamento da bacia do Canoas através de
115 Convênios de Cooperação Técnica. O Presidente então submete à votação dos Conselheiros
116 a proposta da resolução. Antes, o Conselheiro Ciro Loureiro Rocha sugere que a proposta
117 de Resolução do Conselho deverá ser encaminhada ao Conselho Nacional de Recursos
118 Hídricos e não à ANA como era a sugestão inicial. O Sr. Canali intervém reforçando o
119 posicionamento sobre o encaminhamento a ser dado sobre a Resolução em votação,
120 sugerindo que o Estado de Santa Catarina tome providências de ordem jurídica provocando
121 o STF para que este se manifeste sobre a interpretação do art. 20 da Constituição, que trata
122 da dominialidade dos recursos hídricos no Brasil. O Presidente faz a leitura do texto da
123 Resolução e submete novamente à votação dos Conselheiros. O Sr. Ciro Loureiro Rocha
124 reforça o posicionamento do Sr. Canali quanto ao encaminhamento da definição jurídica
125 perante o STF. Aberta a votação, iniciaram os debates sobre o texto da resolução em
126 discussão. O Sr. Maurício Cavalheiro pede a nova leitura da resolução. A Sra. Beate
127 intervém fazendo algumas colocações sobre o modo de votação. O Presidente volta a
128 explicar os encaminhamentos que devem ser adotados e a forma de condução para votação
129 da resolução proposta. Reaberta a votação, todos os Conselheiros presentes rejeitaram a
130 proposta da Resolução 001/2006, bem como o seu encaminhamento ao Conselho Nacional
131 de Recursos Hídricos. O Presidente abre oportunidade para que os Conselheiros apresentem
132 novas sugestões sobre o caso da Federalização do Canoas na próxima reunião do Conselho.



**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/06/2006**

133 O Presidente informa que terá de se ausentar da reunião pelo prazo máximo de 30 min,
134 deixando então de haver *quorum* qualificado para a votação dos itens da pauta. Enquanto
135 isso, o Presidente sugere que seja debatido entre os Conselheiros a proposta de Resolução
136 002/2006, referente à criação da Câmara Técnica de Outorga. Após o retorno do Presidente
137 e a instauração do *quorum*, será apreciada a votação da Resolução 002/2006. O Presidente
138 faz o convite ao Sr. Canali para que este atue como mediador dos debates sobre a referida
139 resolução. O Sr. Ciro Loureiro Rocha pede a palavra e manifesta que embora o Conselho
140 tenha votado contrário a resolução 001/2006 sobre a federalização do Canoas, o Conselho
141 apóia inteiramente a intenção do Comitê da Bacia do rio Canoas quanto ao gerenciamento
142 da mesma. O Presidente do CERH então sugere ao Presidente do Comitê Canoas que
143 submeta ao Conselho uma nova proposta de encaminhamento para a questão da
144 federalização do Canoas. O Sr. Canali toma assento na mesa na qualidade de mediador da
145 discussão do item da pauta. A Sra. Beate Frank enfatiza que o Sr. Canali não está
146 substituindo o Presidente, tendo em vista que o próprio Regimento Interno do Comitê
147 determina os casos de substituição do Presidente em caso de sua ausência. O Sr. Paulo
148 Aragão pede que seja explicado pelos técnicos da Secretaria o real teor da Resolução
149 002/2006 que trata da Câmara Técnica de Outorga. O Sr. Rui Batista Antunes faz uma
150 breve explanação sobre o assunto enfatizando que o papel da Câmara Técnica é dar o apoio
151 necessário para a implementação do processo de outorga no Estado de Santa Catarina. Os
152 Conselheiros pedem a retificação do inciso III, do art. 2º do texto da minuta de resolução,
153 tendo em vista que o mesmo se refere à “cobrança”. Em seguida, o Sr. Paulo Aragão
154 questiona sobre o arcabouço jurídico que permite a implementação da outorga no Estado
155 está devidamente aprovado ou não. O Sr. Rui Batista dá alguns informes sobre a tramitação
156 do Projeto de Lei da Política Estadual de Recursos Hídricos, PL 0292.5/2004 e explica qual
157 a melhor saída a ser adotada pelo Estado para a efetiva regulamentação jurídica da outorga
158 de recursos hídricos. O Sr. Canali, consultor responsável à época pela elaboração da minuta
159 de regulamentação da outorga faz algumas considerações acerca dos encaminhamentos a
160 serem dados para a efetiva regulamentação da outorga. Sugere, para tanto, o Sr. Canali, que
161 o Conselho manifeste-se sobre a anuência da minuta de Decreto de Outorga para então
162 submetê-la a sanção do Executivo. O Sr. Paulo Aragão fala sobre a possibilidade de
163 existência de uma Agência de Meio Ambiente no Estado que seja responsável pela outorga
164 do direito de uso da água. Entende o Conselheiro que a resolução em questão não deve ser
165 votada tendo em vista que o amparo jurídico que institui e regulamenta a outorga está
166 pendente de aprovação. O Sr. Rui Batista reforça a necessidade de criação da Câmara
167 Técnica. O Sr. Ciro Rocha propõe que a Câmara Técnica seja instituída somente após
168 aprovada a regulamentação da outorga. O Sr. Canali, na qualidade de mediador, pede que
169 os Conselheiros se manifestem sobre as propostas de encaminhamento para a resolução da
170 Câmara Técnica. O encaminhamento sugerido é o da rejeição da Resolução 002/2006 e da
171 efetividade nos trabalhos para a regulamentação da outorga no Estado de Santa Catarina. A
172 Sra. Beate pede a palavra e se manifesta sobre a inexistência da previsão legal do sistema de
173 informações na legislação estadual como instrumento de gestão dos recursos hídricos, bem
174 como do cadastro de usuários. A Sra. Beate pede então a inclusão da proposta por ela
175 trazida à reunião no que se refere à Minuta de Resolução que institui e regulamenta o
176 Sistema de Informações de Recursos Hídricos no Estado. Prossegue então, fazendo a leitura



**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/06/2006**

177 da minuta apresentada. O Sr. Canali reforça o entendimento proferido pela Sra. Beate e
178 pede a manifestação sobre a Resolução da Câmara Técnica solicitando o posicionamento
179 quanto à aprovação ou rejeição. No momento é acatada a posição proferida pelo Sr. Paulo
180 Aragão de rejeitar a resolução até que seja regulamentada a outorga no Estado. O Sr. Canali
181 então solicita os encaminhamentos devidos sobre a proposta de resolução apresentada pela
182 Sra. Beate. O Sr. José Reinaldo Di Bernardi afirma que para a criação do Sistema de
183 Informações é necessário haver aprovação mediante Projeto de Lei. A Sra. Beate reafirma o
184 fato da inexistência de disposição legal que trate sobre o cadastro de usuários na legislação
185 estadual. O Sr. Rui Batista contesta demonstrando que o art. 4º, par. único da Lei 9.478/94
186 prevê o cadastro de usuários. Após, o Sr. Canali traça algumas considerações sobre a
187 questão da previsão legal estadual do Sistema de Informações afirmando desconhecer a lei
188 que obrigue norma para instituição de sistemas de informação, mas que, em caso de haver
189 tal determinação legal para que qualquer sistema de informações do estado seja instituído
190 há sim a real necessidade de Projeto de Lei para a criação do SI sobre Recursos Hídricos. A
191 Sra. Beate volta a fazer suas considerações sobre a necessidade de regulamentação do
192 cadastro de usuários e do Sistema Estadual de Informações. Afirma que a proposta de
193 resolução da regulamentação do cadastro decorreu de longo debate travado no Comitê da
194 Bacia do Itajaí e também em tratativas e sugestões da ANA. O Sr. Rui Batista complementa
195 enfatizando que o Estado não pode deixar de criar e instituir instrumentos de gestão, tal
196 como o Sistema de Informações, por falta de previsão legal. O Sr. Antonio Reinelli,
197 representante do Comitê Timbó pede a palavra e se manifesta contra o descaso e a
198 ineficácia na aprovação do novo sistema legal de gerenciamento dos recursos hídricos em
199 Santa Catarina. O Sr. Rui Batista sugere então que o próprio Comitê enderece manifestação
200 as autoridades para adoção das providências cabíveis. O Sr. Guilherme Miranda informa
201 que o Sistema de Cadastro de Usuários está em fase de finalização e que claramente a lei
202 estadual permite a sua implementação, posto que previsto no art. 4º, par. único da Lei
203 9.748/94. O Sr. Rui volta a enfatizar o papel dos Comitês no apoio ao Estado na
204 implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos necessários para o
205 desenvolvimento da política estadual. O Sr. Canali passa a palavra ao Sr. José Lourival
206 Magri, na qualidade de membro da FIESC, o qual questiona sobre a falta de integração
207 entre os diversos sistemas de informação existentes, citando a exemplo o sistema de
208 cadastro das atividade poluidoras que o IBAMA possui. O Sr. Magri defende que os dados
209 que serão lançados no cadastro de usuários de água já constam do processo de
210 licenciamento ambiental da FATMA. O Sr. Renato Bez Fontana sugeriu que em futura
211 reunião do Conselho seja inserido como ponto de pauta a criação do Comitê da Bacia
212 Hidrográfica do Rio Urussanga, informando que será encaminhado oficialmente à
213 Secretaria de Desenvolvimento Sustentável a documentação necessária para aprovação e
214 inclusão futura em pauta. O Sr. Canali sugere uma pausa na reunião até o retorno do
215 Presidente. Após a pausa o Sr. Guilherme Miranda faz a apresentação aos Conselheiros do
216 Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos e do Cadastro de Usuários. Com o retorno
217 do Presidente à sessão o *quorum* volta a ser qualificado para a votação das proposições da
218 pauta. O Presidente enfatiza o trabalho que vem sendo desenvolvido sobre o cadastro de
219 usuários, bem como o sistema operacional e computacional avançado que o Estado detém
220 hoje e está pronto para lançar. O Presidente dá seqüência à pauta e submete à votação a



**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/06/2006**

221 aprovação dos Regimentos Internos dos Comitês das Bacias Hidrográfica do Itapocu,
222 Canoinhas e Tubarão, todos aprovados *ad referendum* na última reunião ordinária do
223 CERH. O Sr. Luiz Carlos Marinho Cavalheiro se abstém da votação. Os demais
224 Conselheiros e Presidente votam a favor da aprovação dos regimentos referidos, resultando
225 em dez votos a favor e uma abstenção, restando os documentos aprovados. Em seguida o
226 Presidente submete à votação a ratificação pelo CERH do Plano Integrado de Recursos
227 Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar O Sr. Reinaldo Di
228 Bernardi vota desfavorável à ratificação, sendo os demais votos dos Conselheiros e
229 Presidente favoráveis. Resultado da votação é de dez votos a favor e um contrário, estando
230 ratificado o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e
231 Complexo Lagunar. Posteriormente, o Presidente submete à apreciação e votação do
232 Conselho a nova proposta de Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos
233 Hídricos. O Presidente sugere a criação de uma Câmara Temática para discussão da minuta
234 apresentada, tendo em vista que é a primeira vez que o texto é submetido à análise dos
235 Conselheiros. O Conselheiro Reinaldo Di Bernardi sugere que a Secretaria de
236 Desenvolvimento Sustentável faça, antes mesmo da alteração do regimento do CERH, o seu
237 próprio regimento Interno. A Sra. Beate coloca que ante a necessidade de revisão do
238 regimento interno é necessária uma nova reformulação na composição de mesmo, em
239 especial para contemplar os Comitês de Bacias como membros efetivos do CERH. O Sr.
240 Guilherme Dallacosta esclarece que a composição do Conselho decorre da previsão legal
241 instituída mediante Lei Estadual que declara as entidades participantes do Conselho. O Sr.
242 Presidente reforça o fato de dar encaminhamento a uma nova proposta de recomposição do
243 Conselho, enaltecendo a posição dos Comitês dentro do gerenciamento dos recursos
244 hídricos no Estado. O Presidente sugere então a efetiva criação do Grupo Temático para
245 discussão das novas propostas de composição e do Regimento Interno do Comitê. Fica
246 determinado então que serão criados dois Grupos de Trabalho que farão a análise de duas
247 proposições distintas: 1) a de revisão da composição do Conselho Estadual; e 2) a revisão
248 do modo de funcionamento do Comitê através de novo Regimento Interno. O Presidente
249 submete à votação dos Conselheiros a aprovação da criação do Grupo de Trabalho de
250 estudos para revisão da composição do Conselho. O Sr. José Maurício Manzochi vota
251 contrário a criação, sendo que os demais Conselheiros e Presidente aprovam a criação,
252 restando criado o Grupo de Trabalho por dez votos favoráveis e um contrário. O Presidente
253 submete à votação do Conselho a possibilidade do mesmo Grupo de Trabalho tratar da
254 revisão do Regimento Interno do Conselho, após discutida a proposta de recomposição. Por
255 unanimidade decide-se que o Grupo de Trabalho irá tratar de ambas propostas de
256 recomposição e revisão do Regimento Interno. O Sr. Presidente encaminha agora para
257 votação a composição do Grupo de Trabalho, indicando os membros natos como
258 qualificados para compor referido Grupo. A Sra. Patrice Barzan intervém alegando que o
259 Grupo de Trabalho pode ser composto também por integrantes que não pertençam ao
260 Conselho, não necessitando ser membro nato do mesmo. O Presidente propõe que todos os
261 presentes votem sobre a possibilidade do Grupo de Trabalho contemplar membros não
262 natos do CERH. O Sr. Ciro Loureiro Rocha propõe que em sendo admitida a composição
263 por membros natos e não natos, a coordenação do Grupo seja feita de forma exclusiva por
264 um membro nato. Os presentes, por unanimidade decidem pela composição do Grupo de



**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/06/2006**

265 Trabalho entre membros natos e não natos. O Sr. Presidente solicita que os interessados em
266 participar do Grupo de Trabalho se manifestem levantando a mão. O Grupo de Trabalho
267 será composto pelos seguintes interessados: Sr. José Reinaldo Di Bernardi (SEF), Sra.
268 Beate Frank (ACAFE), Sra. Patrice Barzan (Comitê do Araranguá), Guilherme Dallacosta (
269 Consultor Microbacias) e o Sr. Ives Luiz Lopes (FETAESC). O Presidente passa então a
270 nominar o membro responsável pela coordenação do Grupo, fazendo o convite ao Sr. José
271 Reinaldo Di Bernardi, membro nato do Conselho, representante da Secretaria de Estado da
272 Fazenda para que este assuma a coordenação dos trabalhos. O Sr. José Reinaldo Di
273 Bernardi não aceita a proposta, ficando a coordenação dos trabalhos em aberto e a ser
274 definido em reunião do próprio Grupo de Trabalho. Após, o Presidente retoma a votação
275 sobre a Resolução 002/2006 que discute a criação da Câmara Técnica de Outorga. A
276 proposta não é submetida à votação. Propõe-se então a homologação para retardar a votação
277 da proposta. O Conselho, por unanimidade, resolve homologar a postergação da criação da
278 Câmara Técnica de Outorga. O Sr. Gilberto Canali referenda os encaminhamentos que
279 foram discutidos nos debates ocorridos na ausência do Presidente. Paralelamente ao
280 retardamento da criação da Câmara Técnica de Outorga, o Conselho recomenda à Secretaria
281 de Estado do Desenvolvimento Sustentável promover a rápida solução das pendências
282 legais e normativas para a implementação do sistema de gerenciamento dos recursos
283 hídricos. Também ficou acertado que há necessidade por parte da Secretaria de
284 regularização normativa para a instituição do Sistema de Informações sobre Recursos
285 Hídricos, tendo em vista o que foi alegado pelo Sr. Reinaldo Di Bernardi quanto à exigência
286 legal para a instituição do mesmo. Quanto à proposta da Sra. Beate sobre o cadastro de
287 usuários, ficou decidido que o Estado, através de medida administrativa ou mesmo Portaria
288 da Secretaria ou Resolução do CERH determine a aprovação e implementação do cadastro
289 de usuários em Santa Catarina. Em seqüência, é submetida à aprovação dos Conselheiros a
290 “Proposta de Extensão da Área de Abrangência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
291 Cubatão do Norte”. O representante do Comitê do Rio Cubatão do Norte faz a defesa dos
292 argumentos técnicos que levaram a presente propositura. É aberta a discussão para todos os
293 presentes. As manifestações se mostram favoráveis à ampliação, citando-se exemplo de
294 bacia integrada tal como a do Rio Tubarão e Complexo Lagunar. A Sra. Beate Frank sugere
295 que seja melhor detalhada a proposta do Comitê Cubatão do Norte, em especial sobre a
296 nova composição que este virá a ter com o aumento da sua área de abrangência. O
297 Presidente sugere que o Comitê Cubatão suplemente as informações sobre a proposta de
298 ampliação da área de abrangência para que assim o Conselho possa se manifestar em
299 reunião futura. Foi submetido à votação a proposta de adiamento da proposição ofertada
300 pelo Comitê Cubatão Norte, a qual restou aprovada por unanimidade. Enquanto isso, o
301 Comitê se responsabilizará por complementar as informações que justifiquem a proposta de
302 ampliação de sua área de abrangência. No que diz respeito aos informativos gerais, todos
303 foram supridos ao longo da própria reunião, não sendo necessários novos comentários. O
304 Presidente sugere aos Conselheiros que seja marcada a data da próxima reunião. A Sra.
305 Beate propõe que as próximas reuniões sejam realizadas de forma itinerante, de Comitê em
306 Comitê. Fica então decidido que a próxima reunião será realizada na data de vinte e sete de
307 julho de dois mil e seis, às quatorze horas. Posto em votação o local da próxima reunião,
308 optando-se pela continuidade em Florianópolis ou em Joinville, dando-se início ao ciclo de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH**

**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/06/2006**

309 reuniões itinerantes. O Sr. José Reinaldo Di Bernardi se abstém da votação. A Sra. Beate
310 Frank vota favorável à reunião em Joinville. Os demais membros do Conselho votam
311 favorável a manter-se em Florianópolis, restando oito votos a favor de Florianópolis e um
312 voto a favor de Joinville. A partir deste momento, a reunião do Conselho é encerrada.

313

314

315 Florianópolis, 29 de junho de 2006.

316

317

318

319

320

SÉRGIO SILVA
Presidente do CERH